



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS (CEE) PARA AVALIAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO

Requerimento nº 7.346/2022
Ato da Presidência nº 30/2022

Aos seis dias do mês de junho de 2023 (06/06/2023), às 15h15, no Plenário da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, reuniu-se a **COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS (CEE) PARA AVALIAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO**, criada pelo Requerimento nº 7.346/2022 e Ato da Presidência nº 30/2022, comissão composta pelos vereadores Sérgio Zerbinato (Presidente), Brando Veiga e Matheus Moreno, presentes nesta reunião os dois primeiros. *Há quórum na forma regimental (maioria)*. A reunião de hoje é realizada de forma híbrida, contando também com participantes via aplicativo Zoom (on-line). O presidente da CEE abriu a reunião agradecendo a presença dos que comparecem a esta 6ª reunião ordinária da Comissão, criada para analisar as políticas públicas voltadas à população em situação de rua, seus direitos e acesso a eles. O presidente faz ainda um breve resumo sobre as reuniões anteriores, especialmente sobre as pessoas, pastas, entidades e autoridades já ouvidas no decorrer dos trabalhos desta Comissão, e que hoje a reunião tratará das “*experiências exitosas, de ações e políticas públicas, destinadas à população em situação de rua*” e passa a nominar, em seguida, as pessoas que participarão da reunião desta tarde: Lucas dos Santos Miranda (cofundador do Instituto Se Mudando – São Carlos/SP); Ana Lucia Dellapina (servidora, atualmente lotada no CAPS AD - São Carlos/SP); José Carlos Varella Junior (cofundador do MNLDPSSR – Movimento Nacional de Luta e Defesa da População em Situação de Rua, coordenador do Fórum PopRua, articulador do Fórum de Economia Solidária e Assistente Social da Associação Comunitária Flor do México – Santos e São Vicente/SP); Natália Amaral Antunes (Consultório na Rua – Franca/SP); Flávia do Bonsucesso Teixeira (Diretora de Programa de Secretaria de Atenção Especializada à Saúde – Ministério da Saúde), acompanhada de sua assessora, Caroline Cunha; Leonardo Penafiel Pinho (Diretor de Promoção dos Direitos da População de Rua, do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania); Anderson Lopes Miranda (Coordenador-Geral do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua da Diretoria de Promoção dos Direitos da População em Situação de Rua da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos do mesmo Ministério) e em seguida fez especial agradecimento a outras pessoas presentes à reunião de hoje. Faz uma saudação especial ao Sr. Edvaldo Gonçalves de Souza, coordenador estadual do Movimento Nacional de Luta e Defesa da População em Situação de Rua. Registra a presença do vereador Matheus Moreno, que acompanha a reunião de forma remota, via aplicativo Zoom. Já o vereador Brando Veiga observa que especialmente nesta época de frio é preciso ter mais cuidado e acolher com mais dignidade essas pessoas que estão em situação de rua. Zerbinato cita que já trabalhou como educador social, onde pôde entender as necessidades nesta área, tanto do Poder Público como das pessoas, e por isso propôs a criação desta Comissão de Estudos para tratar desse assunto. Em seguida, passou a conceder o uso da palavra aos convidados, iniciando com Lucas dos Santos Miranda, cofundador do Instituto Se Mudando, que de maneira remota se manifesta do minuto 12:20 a minuto 23:15. Ao participar de maneira

B

#



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

remota, compartilha um material com os presentes, faz um resumo sobre as funções e trabalho realizado pelo Instituto, nascido em São Carlos e que atua na mesma cidade, que segundo ele são raros esses fóruns de debate sobre a as pessoas em situação de rua, e aponta que o Instituto tem o propósito de realizar uma ponte entre as pessoas em situação de rua e o mercado de trabalho, foco principal do Instituto, criado em 2018. Depois, apurou que essas pessoas precisam de outras coisas além de um trabalho. Apresenta dados sobre o cenário atual brasileiro, traz o crescimento desta população em 140% de set/2012 a março/2020 (dados do IPEA). Registra que há, em números absolutos, mais de 220 mil pessoas em situação de rua e em 2008, e 88,5% destas pessoas não recebia qualquer benefício de órgãos governamentais. As estratégias nacionais não conseguem trazer uma solução de forma eficiente, e é preciso inovação, se inspirar em estratégias que deram certo no exterior. Aponta que o *“Se Mudando quer revolucionar o modo como a sociedade lida com o desafio social da população em situação de rua no Brasil”*. Em resumo, Lucas destaca que a metodologia usada pelo Instituto *“consiste em fornecer moradias combinadas com um sistema de suporte e acompanhamento multidisciplinar para que os assistidos consigam se restabelecer e ter melhores condições para uma vida em sociedade”*. Faz um apanhado sobre a forma de abordagem tradicional, listando a ordem dos acontecimentos, etapas. Diz que a proposta do *“Se Mudando”* é inverter essa lógica, ofertar inicialmente a casa própria, e que esse método corrobora com a reinserção da pessoa na sociedade. O movimento, aponta Lucas, é ainda embrionário mas há experiências exitosas em outros locais do mundo. Aponta que em países como Canadá e EUA, a taxa de permanência na habitação (ofertada) é de 85%. Sobre a questão financeira, cita exemplo de estudo realizado na União Europeia que comprova que o referido método é menos custoso para os cofres públicos. Observa que em São Carlos existem 246 pessoas em situação de rua, e que o programa *“Abrindo Portas”* do Instituto já conseguiu abrir 4 casos desde 2021, com apoio em múltiplas esferas, e que esse programa oferece visitas semanais para que exista um acompanhamento próximo dos indivíduos, citando, ao final, casos acompanhados pelo Instituto, que comprovam que a estratégia, a iniciativa, dá certo. Ressalta que o Instituto sobrevive, exclusivamente, de doações. Continuando, Ana Lúcia Dellapina, do CAPS AD - São Carlos, também participa de maneira remota e fala do minuto 26:35 a minuto 39:02, sobre o assunto tratado na reunião, especialmente citando as ações realizadas, destacando que as políticas públicas para o setor devem ser construída em conjunto com as pessoas em situação de rua. Aponta ações realizadas durante a pandemia de covid-19, e que a questão deve ser abordada pela assistência social, pela saúde, e também pela pasta da educação já que muitos que estão ali querem voltar a estudar; diz que muitas vezes não teremos 100% de eficácia nos serviços e políticas públicas voltadas às pessoas em situação de rua, trazendo ainda informações sobre a forma em que atua a rede de atendimento a esta população; a população de rua também merece respeito, e são sujeitos que têm direitos. Elogia o trabalho do Instituto Se Mudando, e que foram feitas contratações de 10 pessoas em situação de rua para trabalharem numa empresa de telefonia celular, dizendo que muitas ações foram feitas e todas foram muito importantes, em 2 anos e 5 meses. Já o vereador Zerbinato aponta que um dos braços desta CEE é ouvir as pessoas em situação de rua, indo às ruas, e o vereador Brando Veiga comenta que sobre o aumento do número de moradores de rua, dizendo que há uma pesquisa que fala que do início da pandemia, aumentou para 281.000 o número de pessoas na rua, no Brasil, crescendo 38% (2021 em relação a 2019). Ana Lúcia Dellapina complementa, do minuto 40:45 a minuto 42:30, destacando que não negou que houve, sim, aumento. Em São Carlos não houve um crescimento tão grande. Após, Leonardo Penafiel Pinho, Diretor de Promoção dos Direitos da População de Rua, do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, do minuto 43:28 a minuto 1:00:53, dizendo que o maior sistema de promoção dos



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

direitos humanos no Brasil é o SUS – Sistema Único de Saúde, e destaca também o papel do SUAS; inicia falando de alguns pressupostos que estão, atualmente, ajudando a construir políticas públicas para esse setor no Governo Federal; cita o lema “nada de nós, sem nós”, dizendo que busca construir uma agenda da Diretoria baseada nas proposições trazidas pelos movimentos de população de rua, e que tudo que traz hoje vem dos movimentos, do “povo da rua”. Diz que não só os moradores de rua são “usuários” de políticas públicas, mas todos nós, o simples uso do sistema de transporte da cidade já faz a pessoa usuária de políticas públicas. Leonardo diz que o ministro Silvío Almeida decidiu nomear em cargo de Coordenação Geral da Diretoria uma pessoa usuária do SUS, usuária do SUAS, e liderança com trajetória de rua, que é o Sr. Anderson Lopes Miranda, convidado desta tarde e que falará em seguida. Esse ano é o ano dos 10 (dez) anos do *Consenso de Brasília* aprovado na OPAS-OMS, junto com todos os países das Américas, cujo princípio elementar foi afirmar que o Brasil era símbolo da construção do SUS e SUAS mas que precisava avançar com o protagonismo dos usuários, na tomada de decisão das políticas públicas, se nós queremos construir políticas públicas efetivas, é preciso colocar as pessoas com trajetória de rua como coparticipantes e gestores das políticas públicas. Traz ainda como terceiro pressuposto que não é possível enfrentar os desafios das políticas públicas voltadas às pessoas em situação de rua com uma única Secretaria, mas precisamos sim de políticas públicas integradas, intersetoriais, interministeriais, entre Direitos Humanos, Assistência, Saúde, Trabalho e Renda. O convidado salienta que é preciso traçar uma estratégia de defesa da população de rua e promoção de seus direitos, e que a prioridade dessas pessoas é ter uma moradia, primeiro. Cita, a partir do minuto 52:40 exemplos exitosos, das cidades de São Carlos e Franca/SP. Observa que está será feito um Seminário Internacional sobre Experiências exitosas, com pessoas do Canadá, Portugal, Chile e EUA, relatores da ONU, e que tratará disso, e Franca será um dos exemplos que será colocado nesse Seminário, experiência de moradia primeiro bastante importante e sugere que os membros da CEE conheçam a experiência de Franca. Cita ainda Curitiba, com projeto muito importante desenvolvido por OSC – Organizações da Sociedade Civil, outro exemplo lembrado por Leonardo Penafiel, projeto esse apoiado pela Itaipu Binacional. Cita exemplo dos centros de convivência existentes hoje, como o CISART, em São Paulo, onde se tem bibliotecas, acesso à inclusão digital, cozinha industrial, espaço para eventos, entre outros. Aponta as “cozinhas solidárias”, geridas pelas pessoas e organizações das populações de rua, e os “grupos de cultura e comunicação”, como a revista Ocas de São Paulo, o Boca de Rua, de Porto Alegre, e a revista Traços, do DF e RJ, experiências de comunicação que geram renda para pessoas em situação de rua. Cita ainda o Colaboratório, uma parceria da atenção primária e a Fiocruz, e lá dentro tem a Escola Nacional do Povo da Rua. Reafirma que é necessário hoje, no Brasil, construir políticas públicas não se pode limitar à autoridade do gestor, é preciso construir políticas públicas com participação social. A partir das 16h05, o vereador Matheus Moreno passa a compor a mesa de trabalhos, presencialmente. Anderson Lopes Miranda, Coordenador-Geral do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua da Diretoria de Promoção em Situação de Rua da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, fala do minuto 1:01:26 a minuto 1:10:42 e destacou que nas políticas públicas o diálogo é importante, mas é preciso também ter verbas para isso, cita também que as organizações devem ser fortalecidas, ajudou a criar dois movimentos nacionais, foi assessor parlamentar do vereador Eduardo Suplicy, destacando também que esteve na rua por mais de 30 anos, tem ampla experiência, colocando-se à disposição para contribuir com os trabalhos da CEE. Disse que se reuniu (sentou) com o IBGE, para discutir a realização de um censo nacional do morador de rua,



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

discutiu isso também com os Ministérios e com o IPEA. Anderson Lopes diz que a população de rua deseja muito ter uma moradia, porque sem comprovante de endereço ninguém trabalha, moradia primeiro é fundamental, seja locação social, alojamento em hotel, também destacando a experiência do Município de Franca. Cita ainda a importância de haver empregabilidade, economia solidária, ajudarem as empresas a contratarem moradores de rua, criação de cooperativas, de catadores e catadoras de recicláveis, para que essas pessoas possam trabalhar com gestão ambiental, entre outros. Diz que deseja fazer, ano que vem, o Terceiro Encontro Nacional de Políticas para a População de Rua, que deverá ocorrer em Brasília. Continuando a reunião, José Carlos Varella Junior, assistente social, do minuto 1:11:15 a 1:23:10, cita ações feitas por ele como profissional que atua com população de rua desde que entrou no serviço público, como “rodas de conversa”, “rodas de escuta”, e depois foi constituído o Fórum PopRua da Baixada Santista, para discussão, avaliação e proposição de políticas públicas para esse setor. Varella diz que aqueles que estão na rua são seres humanos, sendo necessário colocar “a rua” nos espaços de voz, e na verdade trabalhando com a rua você entende que ela é muito mais potente que imagina. Destaca que são as pessoas que estão na ponta, trabalhando nas políticas públicas, é quem efetiva o direito das pessoas em situação de rua. Invoca a necessidade de melhorar a capacitação das pessoas que trabalham com as pessoas em situação de rua, citando em seguida sua atuação nas cidades da Baixada Santista. Diz que a pessoa só sai da rua quando ela encontra força para isso, e as políticas públicas devem ser integradas, não dá para falar em pessoas em situação de rua sem falar em um cadastro a ser compartilhado entre as cidades, nos trechos. “A rua é a sociedade”, destaca, e é preciso dar a essas pessoas “visibilidade e respeito necessário, e serem encarados como seres humanos”. Varella relembra que um transtorno mental não define ninguém, a pobreza não define ninguém. Diz que na Baixada Santista fez a capacitação de 3 guardas municipais para que seja feita uma abordagem humanizada da população de rua, e todo trabalho exitoso para a população de rua é sempre um trabalho educativo. Relembra que é sempre necessário haver respeito. Após, Natália Amaral Antunes, psicóloga do Consultório na Rua do Município de Franca/SP, se manifesta do minuto 1:23:40 a 1:37:02, e diz que Franca só tem um Consultório na Rua, observa, que trabalha com uma abordagem multiprofissional. Em seguida, detalha o projeto da moradia primeiro que funciona naquela cidade, projeto que também acompanha, começou com projeto piloto em 2021, com 40 vagas. Continuando, Flávia do Bonsucesso Teixeira, Diretora do Programa da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, do Ministério da Saúde, se manifesta a partir do minuto 1:37:45 e diz que na pasta que atua essa discussão e abordagem das pessoas em situação de rua é recente, fala sobre os desafios, e como de fato a ideia da intersetorialidade será trabalhada. A assessora do Ministério da Saúde, Caroline Cunha, complementa a partir do minuto 1:41:42, e que a pasta hoje tem 54 políticas e programas totalmente fragmentadas, e é preciso colocar as pessoas em situação de rua dentro dessas políticas, o que se discute atualmente, esse é o imenso desafio. Todas as situações de vulnerabilidade, mulher, negro, índio, por exemplo, estarão dentro dessas políticas, de maneira mais humanizada, intersetorial, e a política para a situação de rua é muito focada na atenção primária. O presidente da CEE diz que alguns apontamentos feitos por Caroline acontecem em todas as cidades. O coordenador Estadual do Movimento Nacional de Luta e em Defesa da População em Situação de Rua (MNLDPSP), Edvaldo Gonçalves de Sousa, fala a partir do minuto 1:46:26, se apresenta e diz que o movimento existe em quase todo o Brasil. Diz que o Estado gosta de tutelar, parece que a pessoa de rua é “criança”, e isso é muito sério, muito complicado. Aponta os gastos que o Governo Estadual terá, esse mês, em razão da frente fria, com população de rua (R\$ 4 mil por dia, diz). Para ele, a política pública tem um *modus operandi* equivocados, esse é o problema. Lembra que em



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Ribeirão Preto já houve campanha para que ninguém “dê um centavo” para as pessoas na rua, e que o MNLDPSR precisa fazer política pública não de cima para baixo, mas de baixo para cima, envolvendo o protagonista, que está na rua. Em São Paulo/SP foi criada uma porta de saída, a cooperativa Bloco da Rua, uma cooperativa de trabalho, de fazer paisagismo e manutenção predial, culinária, e esse poderia ser um projeto piloto a implantar em todo Estado e depois expandir nacionalmente, e ela foi organizada pelo povo da rua. Cada pessoa da cooperativa recebe R\$ 1.300 da Prefeitura, por 6 meses e a cooperativa terá “sua perna, sua vida própria”. Destaca que não podemos tutelar a população de rua, é preciso criar “portas de saída”. Observa que morou por 30 anos na rua, e quem está muitos anos na rua, não fica entre quatro paredes, não adianta colocar essa pessoa numa moradia. Edvaldo fala que infelizmente a rua virou “máquina de fazer dinheiro”, e que quando forem fazer políticas públicas para a rua, ela deve estar presente. Indaga quem esteve na rua, de vocês? As pessoas que não moraram na rua é fácil dizer vamos fazer isso ou aquilo, e arremata agradecendo a presença hoje nessa CEE. O vereador Brando Veiga agradece as informações trazidas por Edvaldo, e aponta que como ele mesmo disse é preciso entender o que só os moradores de rua entendem, e imagina que no período do frio, os moradores de rua não têm uma casa para onde possam voltar. Aponta que alguns não querem ajuda, e o maior valor dessa vida é a própria vida. A vida é a coisa mais importante. Parabeniza Edvaldo, que após 30 anos nas ruas, hoje trabalha nessa causa tão importante. Termina com um frase: “quando nós plantamos, é opcional, mas a colheita é obrigação”. O vereador Matheus Moreno também parabeniza Edvaldo, pela sua vivência na rua, disse que antes de ser vereador catava reciclados, e quando foi convidado para fazer parte dessa CEE parabenizou o criador, vereador Zerbinato, por se preocupar em discutir esse assunto, tão importante. Após considerações finais breves dos convidados, o vereador Zerbinato encerrou a reunião às 17h20, reunião esta que foi gravada integralmente em mídia audiovisual, anexa e parte desta ata, em conformidade com a Resolução nº 46/18. Link de acesso ao youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=gc2EtwF7YbQ> Com mais nada a tratar ou deliberar, eu Fernando Silvério Borges _____ servidor designado, lavrei a presente ata, que depois de lida e conferida, vai assinada pelos vereadores abaixo.


SÉRGIO ZERBINATO
Presidente da CEE


BRANDO VEIGA


MATHEUS MORENO